



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

**Denominações religiosas de matriz neopentecostal e suas
incidências na política**

Alexandra Correa de Souza

DRE 113085727

RIO DE JANEIRO

2022

Trabalho de conclusão de curso como requisito
obrigatório para obtenção do grau de bacharel em
Serviço Social

**Denominações religiosas de matriz neopentecostal e suas
incidências na política**

Alexandra Correa de Souza

Prof Joana Garcia (orientadora)

Rio de Janeiro, maio de 2022

Agradecimentos

O caminho percorrido para a conclusão do meu Trabalho de Conclusão de Curso exigiu de mim um grande esforço psicológico e aprendizado. Os desafios e angústias fizeram parte desse processo e foram inúmeros os momentos em que pensei em desistir, mas graças à colaboração e incentivo de todos esse sonho se tornou possível. Gostaria de agradecer e dedicar essa dissertação às seguintes pessoas:

Em primeiro lugar agradeço ao meu amado Deus pois sei que foi graças a Ele que eu consegui chegar até aqui.

Aos meus pais, Sonia e Jorge, pelo amor incondicional que me deram durante a minha vida em todos os instantes.

Ao meu filho Anderson e à minha querida nora Lorrutama pelos momentos de companheirismo, apoio e incentivo.

Ao meu marido Messias e à minha filha Andreza pela dedicação oferecida e por ficarem ao meu lado.

Ao professor Rogério Lustosa, que me orientou em TCC I, pelas oportunidades de aprendizagem e pelo suporte em um período extremamente difícil.

À professora Mirian Krenzinger, pelos ensinamentos e pela parceria desde o início da minha graduação.

E à professora Joana Garcia, minha orientadora em TCC II, agradeço por todo o auxílio, disponibilidade e paciência que foram fundamentais para mim e contribuíram para a elaboração do meu projeto.

Serei eternamente grata a todos que me ajudaram para a conclusão dessa grande etapa.

"A miséria religiosa é ao mesmo tempo a expressão da mesma miséria e o protesto contra esta mesma miséria. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração do mundo sem coração e o espírito do mundo sem espiritualidade. Ela é o ópio do povo". MICHAEL LÖWY

Siglário

CF	Constituição Federal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ESS	Escola de Serviço Social
ISER	Instituto de Estudos da Religião
IUPERJ	Instituto Universitario de Pesquisa do Rio de Janeiro
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
NEP-DH	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos
PSC	Partido Social Cristão
PT	Partido dos Trabalhadores
SBI	Sociedade Brasileira de Instrução
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Federal de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Quer, Intersexuais, Assexuais, todas as outras siglas e identidades que integram o movimento

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso procura debater as denominações religiosas de matriz neopentecostal e suas incidências na política, especialmente no campo das políticas e formas de intervenção social, a partir de uma análise crítica. Em virtude de uma conjuntura política propícia ao protagonismo dos evangélicos pentecostais, há neste estudo um destaque a esse segmento. O tema da religião é pouco estudado no âmbito do Serviço Social, embora esteja presente desde sua gênese, atravessando - de modo inequívoco - a atuação profissional e a inserção sócio ocupacional de muitos Assistentes Sociais. O presente estudo sistematiza reflexões oriundas da produção teórica e investigativa de alguns autores da área das Ciências Sociais Aplicadas, bem como busca referências no debate veiculado pelos órgãos de comunicação escrita. Apresenta uma interlocução com o conteúdo trazido por professores convidados a ministrar aulas no Curso de Extensão "Direitos, Políticas Públicas e os atravessamentos religiosos" realizado no âmbito da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 2021. Considera-se que o debate sobre religião, política e intervenção profissional deve ser estimulado e enriquecido com contribuições críticas para que o tema não se mantenha presente de modo invisibilizado ou camuflado, porém bastante incidente nas visões e práticas sociais.

Palavras chave: religião, política, bancada evangélica.

Índice

Introdução	8
1- Considerações sobre religiões e as religiosidades	11
- Prosperidade como valor religioso	14
- crime e castigo	15
- a pauta dos costumes	16
2- Política na religião: a Bancada Evangélica	18
2.1- Uma aproximação sobre o "o povo de Deus"	23
3- Reflexões em torno da religião e da esfera pública	31
a. Secularização da Cultura e Tolerância Religiosa no Século XVIII - contribuições do Prof Marildo Menegat	31
b. Religião, Cultura e Política, contribuições da Profa Maria das Dores Campos Machado	33
c. O que é o Estado Laico? - contribuições do prof. Luís Antônio Cunha	37
d. Vocação religiosa e engajamento profissional, contribuições do Prof Pedro Simões	39
e. Os atravessamentos religiosos no campo da saúde mental, contribuições da Prof Tathiana Gomes	41
f. Família, Patriarcado, Religião e Democracia, contribuições da prof Andrea Moraes	44
Considerações finais	49
Referências Bibliográficas	51

Introdução

Na história de longa duração da humanidade, houve muitas pessoas consideradas profetas. Segundo Alves (2014), alguns destes profetas eram assim considerados porque eles eram videntes com poderes de prever o futuro, diferente dos “verdadeiros profetas hebreus” que se dedicavam com paixão à sua vocação, compreendendo e denunciando o que ocorria no momento. Sua vocação estava mais próxima da política do que da meditação espiritual.

Os profetas hebreus não estavam preocupados com aquilo que vulgarmente era considerado sagrado. O cultivo das experiências místicas não era do seu interesse, na verdade boa parte de suas pregações eram tomadas pelo ataque às práticas religiosas dominantes e a classe sacerdotal.

O Estado crescia cada vez mais centralizado e concentrado nas mãos de poucos e, como sempre acontece, quando o poder de uma elite aumenta, o poder dos subordinados enfraquece. A fraqueza do povo crescia à medida que aumentava o poder dos exércitos. Os camponeses, por sua vez, tinham que vender suas propriedades que eram transformadas em latifúndios por um pequeno grupo de capitalistas urbanos. É neste contexto que se constituem os profetas, porta voz dos desgraçados da terra exigindo o fim das práticas de opressão. Era necessário que a vida e a alegria fossem devolvidas aos pobres, aos desprotegidos e a todos que se encontrassem fora da riqueza e do poder. Instaurou-se com os profetas um novo tipo de religião, de natureza ética e política.

As autoridades os acusavam de traidores e denunciavam suas pregações como contrárias aos interesses nacionais. Foram proibidos de falar, perseguidos e mortos. E enquanto lutavam com o poder estatal, de um lado, enfrentavam os representantes das religiões oficiais do outro. Parecia-lhe que uma religião protegida pelo Estado só poderia estar a serviço dele. Os

profetas não só denunciavam aqueles que oprimiam os fracos, como aqueles que sacralizavam e justificavam a opressão.

Foi assim que há muito tempo antes que um grande intelectual afirmasse que a religião é ópio do povo, o nome de Deus era usado em nome da opressão. O Estado e o poder econômico tem a religião como sua aliada.

Nesta pesquisa temos como objetivo geral considerar aspectos da religião de matriz neopentecostal na política no Brasil, considerando a bancada evangélica como uma das mais influentes neste meio. Com base nisso, a presente pesquisa visa contribuir, do ponto de vista acadêmico, com uma reflexão sobre a inserção da bancada religiosa na política no Brasil.

No que diz respeito à motivação, o interesse no presente estudo se constitui a partir da leitura de livros, artigos que abordavam a política na religião e que indicavam o quanto a bancada religiosa vem crescendo ao longo dos anos. Esse tipo de representação política vem trazendo segmentos com viés mais conservador. Analisamos que existem diversos fatores de ordem estrutural e contextual que fazem com que ocorra essa inserção dos evangélicos na esfera política brasileira.

A metodologia utilizada para a elaboração do presente trabalho foi baseada na abordagem exploratória, bibliográfica e documental. O principal instrumento para coleta de dados foi a análise bibliográfica, sendo desenvolvida com o aporte de artigos científicos e livros relacionados ao tema da religião na política. Além disso, o curso "Atravessamentos Religiosos no Campo das políticas públicas", realizado no ano de 2021 pela Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sob a coordenação da professora Elaine Moreira do Departamento de Método e Técnicas do Serviço Social, contribuiu imensamente para a elaboração deste estudo.

Esta monografia está estruturada em três capítulos, cada um com sua especificidade: no primeiro capítulo abordaremos a Religião e as

religiosidades, no segundo capítulo A política na religião e bancada evangélica, no terceiro capítulo serão apresentadas Reflexões em torno da religião e da esfera pública e, por fim, nas considerações finais faremos uma retomada no que foi analisado, visando uma reflexão acerca do tema.

1- Considerações sobre religiões e as religiosidades

O que é religião? Segundo Alves (2014) e Buber (2006), a religião parte do pressuposto de juntar o homem ao sagrado, à ideia de Deus. Quem segue essa ideia tem o desejo de mudança interior e não pensar só nas questões materiais, monetárias, ultras individualistas, é uma superação de si mesmo para ter um encontro com Deus e ser uma pessoa melhor. Há uma diferença, segundo esses autores, principalmente Buber, entre a ideia de Deus no sentido do sagrado e a religião institucionalizada. A ideia de Deus está associada ao contato no sentido radical da vida na mudança do seu eu interior em função dos nossos melhores valores. E a religião institucionalizada, que não necessariamente leva a esse religar com o Deus luminoso é a interpretação humana desse fenômeno e nem sempre se consegue ter esse contato direto. Por isso, a constituição da religião institucionalizada. No entanto, a religião institucionalizada pode desenvolver o lado material do ouro da prata e afastar desse contato com o sagrado.

De acordo com Buber (2006), a discussão da religião se dá principalmente na ideia de Deus. O que é desvelar Deus ou encontrar Deus, segundo esse autor? É desenvolver antes de tudo a relação entre EU e TU. Quem é o eu? O homem. Quem é o tu? São os animais e a natureza. Na medida que nós amadurecemos nessa relação, ela se torna construtiva tanto para o eu quanto para o tu, estamos entendendo e desvelando o que é Deus aqui no mundo. Em outras palavras, a relação EU e TU em resumo significa primeiro desenvolver a mudança própria da pessoa viver os valores maiores que são entre eu e tu: a compaixão, a gentileza, o perdão, a compreensão, a misericórdia. Segundo o autor, todos esses sentimentos tornam a alma bela. Se esforçar por viver isso é ter um encontro com Deus no sentido radical da vida quem realmente vive isso mesmo em silêncio se torna uma pessoa diferente isso faz a gente e a sociedade mudar.

Segundo esta concepção, na religião institucionalizada, a relação Eu e Tu se dá de forma incompleta. Há uma tendência de viver essa relação “no holofote”, explorando o outro, tirando vantagem disso com a ideia de Deus, seja no dízimo seja nas relações de compadrio.

Para Alves (2014), houve um longo tempo que a religião era uma forma de enquadramento e controle. Quase não se ouvia falar em pessoas que não tinham religião, os chamados descrentes. Nesse período, ter esse posicionamento era raro, pois muitos indivíduos se escondiam por medo de acabar queimados na fogueira. As pessoas em suas relações eram educadas para ouvir e aprender tudo que girava em torno do mundo religioso, ou seja, sobre Deus e seus milagres. O meio natural se estruturava em torno da alma humana, caso não acreditassem em Deus e não seguissem os mandamentos divino suas respectivas almas iram perecer.

Posteriormente, houve uma “quebra de encanto”: o céu ficou vazio e já eram considerados raros os milagres entre a população. Com o avanço da ciência e tecnologia, algumas pessoas já pensavam em mundo em que Deus não era necessário. A partir desse período em si o ateísmo surge como uma das marcas da Ciência. (ALVES, 2014).

Democracia em risco é um livro que apresenta textos de diversos autores com especialidades em inúmeras áreas como, por exemplo, ciência política, história, sociologia, antropologia, economia e direito. Ele é composto por 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. O ensaio escolhido para estabelecer uma interlocução com esta monografia é o que fala sobre Deus acima de todos e que foi escrito pelo autor Ronaldo de Almeida. O autor é graduado em ciências sociais, mestre em antropologia pela UNICAMP, doutor em antropologia social e concluiu o pós-doutorado em Paris na École dês Hautes Études em Sciences Sociales. Possui experiência em Antropologia da Religião e Antropologia Urbana Atualmente é professor adjunto no departamento de

antropologia na UNICAMP. Os autores deixam claro que o tempo em que este projeto foi criado e executado também terá sido a causa de eventuais deficiências e ausências, pelas quais os editores assumem total responsabilidade.

Pouco depois do anúncio do resultado final das eleições de 2018, o presidente eleito Jair Bolsonaro, acompanhado da esposa, de assessores e políticos, fez o discurso da vitória, mas antes disso passou a palavra para o senador, pastor e cantor gospel Magno Malta, que disse: “Nós começamos essa jornada orando. E o mover de Deus...e ninguém vai explicar isso nunca: os tentáculos da esquerda jamais seriam arrancados sem a mão de Deus. Começamos orando e mais do que justo que agora oremos para agradecer a Deus.”¹

Ao ver vantagem no grande número de votos que poderia ter do eleitorado evangélico, Bolsonaro deixou explícita uma grande inclinação para esse segmento, embora se declarasse católico.

Seu último casamento foi feito pelo pastor Silas Malafaia e depois da votação do impeachment da Dilma, foi batizado no rio Jordão em Israel pelo pastor Everaldo da Assembleia de Deus, já que o batizado feito na Igreja Católica quando criança não é reconhecido pelos evangélicos. Sem dúvida, esse ato simbólico significou muito para os evangélicos e seus discursos com citações bíblicas também eram algo que agradava muito seus eleitores. Até a narração de sua facada como forma de testemunho, o ajudou na conquista da presidência, na medida em que tirou proveito da cena violenta e da recuperação dela decorrente. A evocação religiosa fez parte do seu discurso e das suas práticas, até a composição do seu novo governo é composta por assim denominados “cristãos”.

¹ Fonte: <https://noticias.gospelmais.com.br/jornalista-preocupacao-oracao-bolsonaro-103975.html>, acesso em 30/05/2022.

Segundo o Data Folha, apesar do declínio dos fiéis, o catolicismo ainda é o grande mediador cultural do país. Entretanto, quem fez de fato a diferença a favor de Bolsonaro em números absolutos foram os evangélicos, motivados pelo medo da “ameaça comunista” e pelo apelo à honestidade, à moral e aos bons costumes das pessoas de bem. Outra razão era o interesse da população em relação ao combate da crise econômica, o antipetismo e a violência. Cabe ressaltar que um terço dos eleitores evangélicos votou no candidato Fernando Haddad e isso revela uma diversidade entre os religiosos. A candidatura de Haddad mobilizou um discurso em defesa da democracia diante da ameaça de um governo de militares, da defesa dos direitos humanos, das diferenças das minorias, do combate à desigualdade social, etc. A partir de 2013, uma fusão de valores culturais e uma concentração de forças políticas configuraram o que tem sido chamado de onda conservadora. O Deus evocado por Bolsonaro não está acima de todas as coisas, mas se articula em algumas linhas de força social que constituem a onda. Neste sentido, cabe ressaltar que nem todos os conservadores são evangélicos e nem todo evangélico é conservador.

No próximo segmento, buscamos ressaltar traços que marcam algumas denominações religiosas, especialmente de base pentecostal, ainda que tais traços contradigam o espírito transcendente da religião, na medida que conecta o eu e o tu ao ter e, no limite, ao ostentar, assim como traz elementos associados à punição e não à consolação, além de estabelecer uma pauta de costumes essencialmente conservadora nos seus fundamentos, embora na prática não necessariamente esses fundamentos sejam observados.

- Prosperidade como valor religioso

Trazida ao Brasil pelo neopentecostalismo (movimento dentro do cristianismo que surgiu em meados dos anos 1970 e 1980), a teoria da

prosperidade tem sido um fato de incentivo para que os fiéis ajam com determinação na sua vida financeira, a fim de gerar estabilidade econômica para enfrentar as tempestades, além de adquirir e consumir bens materiais. A teologia da prosperidade prega uma ética econômica voltada para um mundo em que possuir e ascender são sinais de que Deus e não o Diabo age em sua vida. A utopia da prosperidade por sua vez, está na possibilidade do indivíduo crescer em relações de desigualdade. Cada vez mais essa concepção se espalha pelo meio religioso e além dele. É recorrente em pesquisas feitas em que os eleitores atribuem a si ou a Deus o sucesso na vida e ao governo as dificuldades.

- crime e castigo

A segunda linha de força social que constitui a “onda conservadora” se refere a uma série de movimentações políticas que apontam para posturas e ações mais repressivas e punitivas dos aparelhos de segurança do Estado. A redução da maioria penal, a ampliação do porte legal de arma, a lei antiterrorismo, a política de encarceramento, entre outros, são temas atuais, cujo conjunto aponta para o aumento da violência do Estado sobre a população, criminosa ou não, sobretudo os mais apartados do universo dos direitos.

Em boa medida, essa linha tende a encontrar considerável apoio popular, a exemplo das políticas de encarceramento. A eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República foi a principal, mas não a única, expressão desse momento político. No Congresso, o número de deputados e senadores ligados a carreiras na segurança saltou de dezoito para 73 (entre bombeiro militar, policial civil e militar, militar reformado e membro das Forças Armadas). Nessa linha, Bolsonaro joga em casa, enquanto a esquerda é percebida como presa ao discurso dos direitos humanos e com pouca capacidade de oferecer respostas às demandas mais urgentes da população.

- a pauta dos costumes

Entre idas e vindas, o Brasil viveu no período democrático recente mudanças consideradas progressistas em termos de direitos (civis, sociais, reprodutivos, sexuais, etc.). Em contraposição, vem ocorrendo uma reação crescente, em grande medida mobilizada por convicções religiosas, que afirma a necessidade de contenção dos avanços do secularismo e dos comportamentos e valores mais liberais, os protagonistas mais destacados do conservadorismo dos costumes nos últimos anos têm sido parcelas significativas dos evangélicos pentecostais e não pentecostais que entraram, mais do que em qualquer outro momento, na defesa da moralidade pública para regulação de corpos, comportamentos e vínculos familiares (casamento entre pessoas do mesmo sexo e adoção de crianças por casais gays, por exemplo). As proposições da ordem dos costumes não advêm somente de um tradicionalismo resistente a mudanças, como fazem setores da Igreja católica.

Ele encampou o combate à chamada “ideologia de gênero”, espectro que assombra os cristãos mais religiosos, sobretudo os situados à direita e ao centro, que gerou, durante a campanha, uma espécie de pânico moral pela suposta “ameaça à família tradicional”.

Na manifestação dos evangélicos em Brasília em junho de 2013, o pastor Silas Malafaia declarou, a propósito do projeto de lei anti-homofobia, que o direito de uma minoria não pode se sobrepor ao da maioria.

A eleição de 2018 foi, com certeza, uma das mais tensas da história recente do país. Por características próprias e por outras adotadas na construção de sua candidatura, Bolsonaro foi mais bem-sucedido em conectar linhas de forças em curso no Brasil recente, entre elas a demanda securitária, a moralidade dos costumes e o discurso desqualificador de um Estado corrupto e paternalista.

Como dito anteriormente, governa-se como e com quem se elege. Ainda sob o impacto das urnas e dos primeiros passos do novo governo, vê-se a disposição de Bolsonaro de entregar o que prometeu. E de esperar recuos políticos e constrangimentos institucionais, mas o *modus operandi* da campanha sugere manter alguns temas tensionados (redução do papel da escola na educação sexual de crianças e adolescentes, ampliação do que é legítimo na violência policial, criminalização dos movimentos sociais, entre outros).

2- Política na religião: a Bancada Evangélica

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular. (NAÇÕES UNIDAS, 1948, p.4).

Para Rúa apud Guidotti (s.a), a política “[...] consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.” (RUA, 1998, p.231 apud GUIDOTTI, s.a, p. 9). Ou seja, a política pública deve buscar meios de resolver as adversidades inerentes ao convívio em sociedade.

Entende-se que uma das instituições usadas como mediadoras desta relação entre sociedade e Estado é a Igreja. No entanto,

Com a fragmentação da sociedade, passou a haver diversos grupos com diversas demandas. Os partidos políticos, mesmo em sistemas bem institucionalizados, não são capazes de acumular e organizar todas as demandas dos diversos grupos, levando a sociedade a buscar outras formas de representação e reivindicação de suas demandas. (LOCATLLI; MARTINS, 2014, p.98)

Existe atualmente uma pluralidade de denominações religiosas de matriz pentecostal na sociedade brasileira. Algumas delas mostram-se engajadas nos debates de interesse público por meio de seus representantes, que ora se apresentam como líderes de tais organizações religiosas, ora parlamentares eleitos com a identidade religiosa sustentando sua figura política. Tais parlamentares constituem a chamada “bancada evangélica”.

O quadro abaixo caracteriza o universo dos evangélicos, segundo tipologia construída no último censo de 2010.

Quadro 1: Lista de denominações protestantes no Brasil por número de membros

Denominação	Membros	Ano
Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil	6.000.000	2018
Congregação Cristã no Brasil	4.500.000	2018
Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil	4.000.000	2018
Igreja Universal do Reino de Deus	1.873.243	2010
Igreja do Evangelho Quadrangular	1.808.389	2010
Convenção Batista Brasileira	1.790.227	2019
Igreja Adventista do Sétimo Dia	1.729.459	2020
Igreja Internacional da Graça de Deus	1.195.380	2014
Igreja Pentecostal Deus é Amor	845.383	2010
Igreja Presbiteriana do Brasil	649.510	2016
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil	634.286	2019
Convenção Batista Nacional	384.930	2017
Igreja Cristã Maranata	356.021	2010
Igreja Mundial do Poder de Deus	315.000	2010
Igreja Metodista do Brasil	259.729	2015
Igreja Evangélica Luterana do Brasil	245.631	2018
Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo	196.665	2010
Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra	180.130	2010
Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil	154.048	2016

Igreja do Nazareno	153.002	2016
Igreja Casa da Bênção	125.550	2010
Igreja Metodista Wesleyana	120.000	2017
Igreja Presbiteriana Independente do Brasil	96.396	2019
Aliança das Igrejas Cristãs Nova Vida	90.568	2010
Igreja Evangélica Avivamento Bíblico	80.000	2019
Igreja Adventista da Promessa	73.936	2017
Igreja Apostólica Fonte da Vida	70.000	2011
Igreja Batista da Lagoinha	62.000	2018
Associação das Igrejas Batistas Regulares do Brasil 51.000	51.000	-
Igreja Unida	50.898	2010
União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil	50.000	2004
Igreja Evangélica Congregacional do Brasil	50.000	2004
Convenção das Igrejas Batistas Independentes no Brasil	45.000	2019
Igreja Cristã Evangélica (Brasil)	41.000	2016
Igreja Verbo da Vida	40.000	2018
Igreja Videira	40.000	2018
Igreja de Deus no Brasil	34.910	2006
Igreja Cristã Pentecostal da Bíblia do Brasil	11.000	2006
Convenção das Igrejas Evangélicas Irmãos Menonitas no Brasil	10.400	2018
Igreja Metodista Livre	9.802	2017
Igreja Cristã Presbiteriana	6.000	2010
Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil	4.371	2018
Igrejas Evangélicas Reformadas no Brasil	2.700	2018
Igreja Presbiteriana Unida do Brasil	2.350	2020

Igreja Presbiteriana Fundamentalista do Brasil	1.639	2017
Igrejas Reformadas do Brasil	1.038	2020
Igreja Presbiteriana Coreana Americana	1.000	2018
Igreja Indígena Presbiteriana do Brasil	872	2020
Igreja Cristã da Aliança	450	2010

Fonte: compilação de fontes, disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_denominações_protestantes_no_Brasil_por_número_de_membros, acesso em 05/03/2021

O envolvimento dos evangélicos na política começou a se constituir em 1960, com o movimento “O Brasil para Cristo” que tinha como objetivo inserir pastores e líderes religiosos protestantes no Congresso Nacional com as mesmas pautas conservadoras dos dias atuais.

A bancada religiosa representa a união de segmentos de viés conservador e, em muitos casos, reacionário com projetos de ampliação de poder das suas referências religiosas para a vida política. A bancada evangélica é um termo utilizado pela imprensa e por cientistas políticos para agrupar os membros do Congresso Nacional do Brasil e dos legislativos estaduais e municipais que se auto denominam evangélicos e que defendem as mesmas pautas relativas aos interesses deste grupo.

Segundo reportagem da Revista Veja, a formação de uma Bancada Evangélica só veio a ser hegemônica no cenário político nacional no início da década de 1990, quando a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) formulou um plano político estruturado fazendo uma interface entre a Igreja e a Política por meio da aquisição da Rede Record de Televisão e Rádio e de sua utilização como ponte de comunicação com as massas.

De acordo com Locatelli e Martins (2014) existe uma série de fatores estruturais, culturais e contextuais que levam à inserção dos evangélicos na

esfera política brasileira. As igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais, beneficiam-se do seu conjunto de valores e crenças para estabelecerem sua penetração na esfera política brasileira. Os autores enfatizam a atuação dos evangélicos nas regiões mais pobres das cidades brasileiras, onde “promovem práticas assistenciais, programas de alfabetização, postos de atendimento de saúde, etc..” (LOCATELLI; MARTINS, 2014, p. 99) Mas é a partir 1986 que os evangélicos passaram a atuar de modo significativo no espaço político. A baixa institucionalização partidária no Brasil neste período também contribuiu também para a entrada dos evangélicos na cena política.

Dentre as igrejas evangélicas com maior atuação dentro do espaço político, estão a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a Assembléia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular. Segundo diversos autores (ORO, 2001, 2003; FONSECA, 1998; MIRANDA, 1998; MACHADO, 2003) a Igreja Universal do Reino de Deus possui o sistema mais organizado no sentido de mobilização política para as candidaturas. (LOCATELLI; MARTINS, 2014, p. 103)

Os autores enfatizam recorrentemente que,

As igrejas evangélicas chegam a essas localidades marginais, muitas das quais não recebem a presença do Estado, a não ser de forma repressiva, e desenvolvem trabalhos comunitários em benefício da população local, mobilizando, assim, um grande número de indivíduos dentro das comunidades. (LOCATELLI; MARTINS, 2014, p. 105)

Nesta perspectiva, os evangélicos constituem uma fonte de mobilização política de setores sociais pauperizados, onde as Igrejas evangélicas atuam como mediadores da relação entre sociedade e Estado, pois os evangélicos chegam às áreas marginais da sociedade mobilizando as comunidades de modo direcionar sua opção na hora do voto.

2.1- Uma aproximação sobre o “o povo de Deus”

Se há uma verdade que a história pôs fora de dúvida é a de que a religião engloba uma porção cada vez menor da vida social. Originalmente, ela se estende a tudo; tudo o que é social é religioso, as duas palavras são sinônimas. Depois, pouco a pouco, as funções políticas, econômicas e científicas se emancipam da função religiosa, constituem-se à parte e adquirem um caráter temporal cada vez mais acentuado. Deus, se é que podemos nos exprimir assim, que antes estava presente em todas as relações humanas, retira-se progressivamente delas; ele abandona o mundo aos homens e a suas disputas. (Durkheim, 2008: pp. 151-152).

Segundo o texto publicado no The New York Times (2016), “Para vencer uma eleição é preciso dialogar com pessoas que pensam diferente de você”. Foi o que aconteceu nas campanhas eleitorais de Hilary Clinton nos Estados Unidos e Marcelo Freixo no Brasil. Como e porque eles perderam as eleições? Será que foi por Hilary não ter incluído em sua campanha a classe trabalhadora branca e aqueles com fortes opinião religiosa?

Do mesmo modo, a campanha de Marcelo Freixo desmereceu o fato de Crivela ser religioso? Isso nos leva a considerar que o eleitor evangélico não tenha sido devidamente reconhecido, bem como a força do pentecostalismo e o neoconservadorismo exercem sobre os fiéis particularmente evangélicos. É nestas igrejas que eles são valorizados e recebem acolhimento. As igrejas acabam ocupando os espaços do poder público. Outro ponto é a dificuldade de diálogo entre os evangélicos e progressistas, e da imagem preconceituosa que estes fazem dos neopentecostais, achando que eles votam conforme as determinações de suas igrejas.

A falta de comunicação entre grupos evangélicos e partidos com visões progressistas vem de outra discordância. Os protagonistas mais visibilizados do conservadorismo moral religioso nos últimos anos têm sido os evangélicos pentecostais que entraram, mais do que em qualquer outro momento, na

disputa pela moralidade pública para maior controle dos corpos, dos comportamentos e dos vínculos primários.

No setor econômico, o enquadramento do debate público aponta para posições que celebram o esforço e o mérito individuais, e opõe-se, por exemplo, a políticas públicas e sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família dos governos Lula e Dilma. Tal política redistributiva, assim como outras, é percebida como clientelismo político e forma de acomodação dos pobres para o trabalho.

Segundo Ronaldo de Almeida (2017), o mérito decorrente do esforço próprio é valorizado e incentivado religiosamente. Essa é uma característica do discurso neopentecostal que se dissemina cada vez mais pelo pentecostalismo clássico, principalmente pela Assembleia de Deus. Não se trata da ética protestante classicamente analisada por Weber, em que o lucro decorre de uma conduta econômica metódica e cuja ética confere valor religioso a quem é bem sucedido no trabalho secular; e muito menos de uma ética da providência, como no pentecostalismo clássico das camadas mais populares, segundo a qual deus provê aqueles que permanecem fiéis a ele nos momentos de necessidades materiais, as quais nunca deixam de surgir.

A Teologia da Prosperidade neopentecostal, por sua vez, prega uma ética econômica voltada para o mundo, onde possuir e ascender são sinais de que Deus, e não o diabo, age em sua vida. Essa ascensão não se ancora especificamente na disciplina e na dedicação ao trabalho, mas em uma disposição empreendedora de quem almeja tornar-se o patrão nas relações de trabalho. Tal disposição de empreender é alimentada por ritos sacrificiais - como dar o dízimo - que geram expectativas de prosperidade material no futuro. Os riscos materiais do empreendimento são considerados atos de fé. (ALMEIDA, 2017)

O texto "quem tem medo da bancada evangélica", escrito por PRANTINI e SANTOS, vai falar muito sobre uma suposta influência crescente

das religiões na política brasileira contemporânea. O principal elemento dessa empreitada tem nome: a bancada evangélica. Trata-se de um grupo suprapartidário, composto por congressistas ligados a diferentes igrejas evangélicas, tanto do ramo histórico ou de missão como do pentecostal e neopentecostal, que atuam em conjunto para aprovar ou rejeitar a legislação de interesse religioso e pautar diversas discussões no parlamento brasileiro. (PRANTI e SANTOS, 2017)

Esse crescimento avança em espaços institucionais, no legislativo e no executivo, mas em menor incidência no judiciário. Eles têm demonstrado forte capacidade de indução do voto, mais do que qualquer outra religião no país. O voto evangélico foi decisivo nas eleições presidenciais de 2018. Cerca de 21 milhões de evangélicos votaram no candidato Bolsonaro e cerca de 10 milhões votaram no candidato do PT Haddad. Isso equivale segundo os dados estatísticos aproximadamente 20% dos brasileiros que se declaram como evangélicos. Mesmo sendo menos de um terço do eleitorado, os líderes evangélicos são muito atuantes na política isso é resultado de anos de ativismo religioso na sociedade.

Se voto é confiança, a obrigação religiosa entre candidato e eleitor se afirma. Isso não significa que eles só votem nos "irmãos de fé", mas o vínculo é expressivo tanto na eleição proporcional como na majoritária (Machado, 2006; Mariano, 2016). Assim, a via eleitoral permitiu acesso às elites políticas de religiosos com menos capitais econômico, cultural e social do que o necessário para a mobilidade no Poder Judiciário, cujo perfil é predominantemente elitizado, tradicional e católico.

A bancada evangélica se notabilizou com a eleição da Assembleia Constituinte, no final de 1986, já com uma característica bem marcada e que permanece até hoje: não é política nem ideologicamente homogênea, mas é, de forma geral, conservadora. Esse ativismo conservador evangélico traz para a luta política demandas moralistas que são reivindicações reais dos setores

populares, não habituados a separar as esferas da política e da moralidade privada (Pierucci, 1996a, pp. 165-166). Pouco afeitos à vida político-partidária do país durante décadas, os evangélicos entraram abertamente na disputa eleitoral temerosos de que a Constituição devolvesse à Igreja católica antigos e exclusivos privilégios. Temiam também que a nova carta incluísse a defesa dos homossexuais, dos comunistas, das feministas, da liberalização do aborto, do uso de drogas e de outros temas contrários à moral pregada por suas igrejas (Idem, p. 175; Prandi e Santos, 2015, p. 372).

De lá para cá, essa participação só fez crescer, ainda que algumas igrejas tenham permanecido alheias à política partidária, enquanto outras não somente se fizeram presentes em diferentes partidos como fundaram partidos próprios. Fim de uma era, na qual era lugar-comum dizer que crente não se metia em política – seja como crítica, feita pelos católicos, seja como autodefinição dos próprios evangélicos, pelo menos de boa parte deles (PIERUCCI, 1996a, p. 163)

Segundo o capítulo dedicado à ‘esquerda e os evangélicos’ do livro *Religião e Política - Povo de Deus*, escrito por Juliano Spyer, percebe-se que o uso da fé com finalidade eleitoral se dá a partir do argumento de que a igreja e o plano evangelizador de Deus correm perigo. Ricardo Mariano, sociólogo da USP, citado por Spyer, explica que o “o argumento de que “a liberdade religiosa está em xeque” é um trunfo decisivo para defender candidaturas evangélicas nos próprios cultos”. Mariano aponta o momento em que a presença de evangélicos no Congresso mudou para a postura atual. Segundo indica, nas eleições gerais de 1986, as primeiras após a redemocratização, correu um boato durante os trabalhos da Constituinte de que a Igreja Católica estaria exercendo sua influência para ter uma posição privilegiada na redação da nova Constituição, o que colocaria em risco a liberdade religiosa.

De lá para cá, essa participação só fez crescer, ainda que algumas igrejas tenham permanecido alheias à política partidária, enquanto outras não

somente se fizeram presentes em diferentes partidos como fundaram partidos próprios. Fim de uma era, na qual era lugar-comum dizer que crente não se metia em política – seja como crítica, feita pelos católicos, seja como autodefinição dos próprios evangélicos, pelo menos de boa parte deles (PIERUCCI, 1996a, p. 163)

Segundo o censo de 2010, os cristãos evangélicos representam 20% da população brasileira, crescendo nesse ritmo estima-se que em 2032 o número de evangélicos se igualará e superará ao dos católicos. Mudanças assim só ocorreram em consequência de guerras e revoluções.

Segundo Machado e Burity (2014), nas últimas décadas o país tem se destacado entre as sociedades latino-americanas pelo aumento de religiosos e membros de comunidades pentecostais na cena política, revelando grande capacidade de mobilização popular, elegendo não só eleger representantes Casas Legislativas municipais e estaduais, como também para o Congresso Nacional.

Em artigo que busca conhecer a visão de atores religiosos que formam opinião pública no meio pentecostal, Machado e Burity realizaram entrevistas com 58 lideranças que desenvolviam atividades nas cidades de Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Campinas e Rio de Janeiro, onde a grande maioria tinha cargo eclesiástico – pastores(as), missionários(as), bispos, presbíteros.

Ainda segundo a perspectiva dos autores (2014), para os pentecostais,

a participação no Poder Legislativo é interpretada a partir de dois vetores principais: a) como forma de sobrevivência em uma ordem social em que as relações entre o Estado e os grupos religiosos sempre foram muito assimétricas e onde a agenda política dos movimentos feministas e pela diversidade sexual vem se impondo e orientando as políticas públicas no campo da educação, da saúde e das relações familiares; b) como forma de construção (minoritária) de uma agência coletiva com pretensões de reconhecimento e influência. Nesse segundo registro, autoconfiança e uma certa maneira de pensar estrategicamente o alcance desses objetivos se combinam ou respondem ao sentimento de insegurança que o

discurso da sobrevivência expressa. (MACHADO E BURITY, p. 602, 2014)

Segundo os autores, o restabelecimento da ordem democrática foi importante para a criação de novas formas de participação popular e de gestão da coisa pública. Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, “a representação dos católicos na população brasileira declinou de 83,3%, em 1991, para 73,8%, em 2000, e 64,6%, em 2010, a dos evangélicos, nos mesmos períodos, evoluiu de 9% para 15,6% e 22,2%” (MACHADO E BURITY, p. 603, 2014)

O crescente aumento do pentecostais no Brasil está ligada à cultura e política partidária brasileira, como por exemplo, elas citam “a capacidade de selecionar e incorporar elementos da agenda política de movimentos sociais; e os investimentos crescentes nos meios de comunicação eletrônicos” (MACHADO e BURITY, p. 603, 2014) Além da ampliação da presença de líderes religiosos no Legislativo; e o interesse tanto pelas concessões de canais de televisão e de rádio.

Para estes estudiosos, as igrejas neopentecostais surgiram a partir da década de 70, através da estratégia de enfatizarem a prática do exorcismo, a capacidade de cura e a resolução de problemas econômicos e familiares em seus programas televisivos. Ganharam visibilidade por contrariarem temas importantes como a confrontação com os setores mais “avançados” dos movimentos sociais – movimento feminista, negro, ambientalista e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), ou seja, traz um conteúdo conservador, de forma fluente no assunto.

Sobre os entrevistados, são profundamente imbuídos de uma identidade religiosa, despidos de referências biográficas, possuem uma visão liberal. Além disso,

Eles utilizam um léxico “secular”: eleições, políticas públicas, justiça social, direitos humanos, família, política internacional, relação

religião-Estado etc. Com elevado grau de instrução, os entrevistados adotam argumentos “acadêmicos”, ao saberem que se trata de uma situação de entrevista e que, dependendo das perguntas, se espera que demonstrem conhecimento da (sua) realidade, estilo analítico e reflexividade. (MACHADO E BURITY, p. 608, 2014)

Além disso, uma característica importante dos pentecostais é a dimensão carismática, militância social, o compromisso com os setores subalternos, principalmente no atendimento a necessidades materiais dos pobres. No entanto, verifica-se a predominância de concepções e práticas conservadoras de democracia. Além “uma cultura na qual as diatribes doutrinárias e a postura conversionista predominam” (MACHADO E BURITY, p. 612, 2014)

Contudo, eles conseguem articular um discurso laico sobre a responsabilidade do Brasil, a defesa dos direitos humanos e democracia. A política entra como uma estratégia de sobrevivência.

Segundo os autores,

Percebe-se uma complexa e contraditória articulação das concepções pentecostais da política com o contexto mais amplo do liberalismo, apresentando a política como um recurso institucional e cultural em geral, mas não se pode ignorar o impacto dos recentes avanços da política de esquerda no discurso de várias lideranças. (MACHADO e BURITY, p. 623, 2014)

Pode-se identificar no texto uma possível relação entre Religião e Política, pois “a política não se joga apenas na esfera da representação de interesses, mas também na construção de uma direção intelectual e política da sociedade em termos culturais” (MACHADO e BURITY, p. 614, 2014) Contudo, enfatiza-se a necessidade da separação entre religião e política, pois não existe somente uma religião no Brasil, mas várias outras expressões religiosas.

É necessário dizer que a política pentecostal não tem o objetivo de conquistar o Estado, mas de alcançar espaços estando relacionado a ele. É uma estratégia de sobrevivência.

Identifica-se uma decisão contraditória do Estado, que diz que não a atuação recente dos atores políticos deste segmento religioso, mas veta a participação dos grupos religiosos nestes espaços de poder por entender que o Estado é laico.

3- Reflexões em torno da religião e da esfera pública

Neste terceiro capítulo elaboramos um estudo com base no acervo de ideias propagadas pelo curso “Atravessamentos Religiosos no Campo das políticas públicas”, realizado no ano de 2021 pela Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sob a coordenação da professora Elaine Moreira do Departamento de Método e Técnicas do Serviço Social. Para realização do curso, foram convidados alguns docentes para ministração de temas relativos aos seus interesses de pesquisa e/ou de atividade profissional.

Entre muitos conteúdos considerados bastante pertinentes para o debate sobre religião, para nossa análise selecionados os seguintes temas: Secularização da Cultura e Tolerância Religiosa no Século XVIII; Religião, Cultura e Política; O que é o Estado Laico?; Vocação religiosa e engajamento profissional; Os atravessamentos religiosos no campo da saúde mental; Família, Patriarcado, Religião e Democracia.

As referências que introduzem os autores escolhidos foram feitas a partir de seus textos auto referidos na base de consulta pública do Lattes, CNPq, no mês de janeiro de 2022.

a. Secularização da Cultura e Tolerância Religiosa no Século XVIII - contribuições do Prof Marildo Menegat

Marildo Menegat possui graduação em Filosofia (UFRJ - 1992), mestrado em Filosofia (UFRJ - 1995); doutorado em Filosofia (UFRJ - 2001) e pós-doutorado em Filosofia (USP- 2010). Atualmente é Professor Associado, lotado no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP-DH). Tem experiência na área de Filosofia Social e Política e Teoria Crítica, atuando principalmente nos

seguintes temas: crítica da economia política da barbárie, militarização do cotidiano e crítica da cultura.

Sua contribuição como docente no Curso versou em torno do tema da Modernidade, Política e Religião, onde discutiu as controvérsias em torno da oposição entre o pensamento religioso e secular. Visões da ciência e da religião sobre a política. Diversidade e repertório das manifestações do campo religioso na vida política.

Segundo sua visão, no geral considera-se que a intolerância religiosa é uma ideia que tem origem das intolerâncias e posições de cada um. Mas, segundo a reflexão de Menegat, ela tem uma base bem objetiva e tem três momentos: a origem, o holocausto no século XX e o tempo histórico.

Em várias tradições culturais, sociais e religiosas o tempo não é humano, ele é derivado de uma criação divina. Para os cristãos, por exemplo, o tempo do mundo é criado por Deus. Dessa forma, secularizar o tempo é romper com essas visões temporais místicas e religiosas. Na modernidade há uma separação entre a ideia do tempo e o sagrado. Isso traz uma grande ruptura nas estruturas da cultura e no modo em que concebemos o mundo e o ser humano. Quando se define o tempo e o espaço, define-se também a existência humana e a natureza. A secularização, ao pretender desviar os olhos humanos do céu e direcioná-los à terra, vai fazer com que o homem se compreenda como ser mundano e se aceite como parte desse mundo, como parte da sua evolução e do seu desenvolvimento.

A ciência foi muito importante para esse processo do recolocar o humano. Segundo Copérnico e Galileu, a terra não é plana, ela é redonda e está em movimento. O universo é vasto e o ser humano não está a sós. Reposicionar o ser humano para uma compreensão descentrada de que não está a sós no universo é o colocar no mundo onde a solidão ganha novas

dimensões. A elaboração dessa nova solidão vai custar compreender que na ausência temos uma nova companhia mesmo que não a vejamos. Todas essas transformações não ocorrem de repente. Toda e qualquer transformação na cultura é também uma transformação na sociedade e acontece com o tempo. Essas transformações fazem parte da origem do capitalismo, ele não nasce de uma forma natural e sim através de rupturas violentas e é uma dessas rupturas que vai dar origem a constituição de uma série de leis que vai gerir a nossa vida em comunidade. Uma dessas leis inconscientes é trazer o tempo mundano como medida do período de trabalho necessário, ou seja, o tempo de trabalho socialmente aceito não é determinado por nós, ele é determinado de acordo com o ritmo de produção capitalista. Hoje se vive uma época em que já não é mais a ascensão do capitalismo que produz a intolerância. A intolerância do nosso tempo é de uma outra ordem. Os atores em curso são bem diferentes, mas eles de novo têm uma fé que os cega. Pensar a intolerância religiosa é pensar no mundo que a produz.

Entende-se que a religião retrata aspectos centrais da cultura de um povo e incide na vida política, podendo ser usada como poderoso instrumento do governos. A religião pode influenciar na permanência do Status Quo de uma sociedade, como uma família deve ser formada (homem, mulher e filhos), pode influenciar na permanência da sociedade patriarcal, nas funções que um homem e uma mulher deve exercer.

b. Religião, Cultura e Política, contribuições da Profa Maria das Dores Campos Machado

Maria das Dores Campos Machado possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980), mestrado em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1989) e doutorado em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ

(1994). Realizou Pós-doutorado na PUC/SP entre 08/2011 e 07/2012, bem como no Instituto de Desarrollo Económico y Social de Buenos Aires em 2005. Tornou-se Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2017, aposentou-se em 2018 e atualmente é professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Sua tese de doutorado teve como título “ADESAO RELIGIOSA E SEUS EFEITOS NA ESFERA PRIVADA: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS CARISMATICOS E PENTECOSTAIS”, tal estudo inaugurou uma trajetória de pesquisa associada ao tema da religião e política.

Segundo a pesquisadora em uma reflexão publicada em 2012, o debate sobre a presença da religião na esfera pública foi marcado pela polêmica do Acordo Bilateral assinado em 2008 entre a Santa Sé e a República Federativa Brasileira. As consequências da participação dos evangélicos no Poder Legislativo para a política de ampliação dos direitos humanos e os desafios de interpretar as relações do religioso com a política e a ordem social fazem parte do seu acervo de estudos e pesquisa. Uma análise feita na atuação dos coletivos evangélicos na arena pública brasileira nos dez primeiros anos deste século revela que a atuação foi marcada por embates não só no campo das religiões, mas também em importantes movimentos sociais, como o movimento feminista e a comunidade LGBTQI+.

A grande resistência às mudanças nas questões relacionadas ao aborto e à homossexualidade também é confirmada, com os estudos indicando um “ativismo conservador” na sociedade civil e uma forte reação dos parlamentares cristãos no Congresso Nacional às demandas dos movimentos feministas e LGBTQIA+. A maioria dos evangélicos atua na Frente Parlamentar Evangélica e na Frente em Defesa da Vida e tenta barrar qualquer iniciativa dos movimentos sociais que possibilite o desenvolvimento de uma moral sexual laica ou descolada da moral cristã.

MACHADO (2012) também fala da hierarquia da Igreja Católica no Brasil e como ela se posicionou na esfera pública a partir de uma série de novas formas de atuação na sociedade civil e na política partidária. Aponta a diminuição dos católicos e o crescimento dos evangélicos pentecostais, refletindo no aumento de uma tendência de conservadorismo moral. Constatou também a ampliação do uso dos laços de parentesco com lideranças religiosas no recrutamento dos eleitores. Entre os diferentes casos, citamos aqui o da deputada estadual Clarissa Garotinho, filha do ex-governador, e do deputado federal Filipe Dias Pereira, que é filho do vice-presidente do Partido Social Cristão (PSC).

MACHADO (2012) considera as experiências de secularização como processos em aberto de autonomização das esferas sociais, políticas e culturais, cujo desenvolvimento depende das relações entre as instituições e os atores individuais e coletivos existentes em cada configuração nacional. Nesse sentido, procura demonstrar que, enquanto na maior parte da história do século XX, a Igreja Católica teve um papel importante na mediação entre Estado e sociedade civil, verifica-se hoje uma acirrada disputa entre os programas culturais de vários atores políticos, mas em especial entre os grupos religiosos (católicos e evangélicos) e os movimentos de identidade (feminista e LGBTQIA+).

A pesquisadora aponta que os embates entre católicos e evangélicos expressam o descontentamento com o tratamento preferencial concedido pelo Estado à instituição católica. Embora os católicos sejam hegemônicos na Câmara Federal, o número de sacerdotes que passaram pelo Congresso Nacional nas últimas décadas foi muito reduzido. Além disso, os políticos católicos, de modo geral, não apresentam um comportamento tão alinhado com a Igreja como o dos evangélicos em relação às suas denominações.

Seguindo MACHADO, o universo evangélico tem um caráter fragmentário, o que acaba por pluralizar as instituições religiosas e por gerar muita competição em torno dos fiéis e dos espaços sociais que facilitam a socialização religiosa. Essa especificidade tem favorecido não só a expansão do número de templos, pastores e fiéis, como também o lançamento de um grande número de candidaturas de religiosos e leigos das mais diferentes estruturas eclesiásticas.

A despeito das divergências doutrinárias, a maioria dos pentecostais apresenta posições mais liberais no plano da contracepção que a Igreja Católica, aceitando o uso de camisinha, pílulas anticoncepcionais e cirurgias femininas e masculinas para controlar a fertilidade. Por outro lado, a valorização crescente da participação dos atores religiosos nas disputas eleitorais, na política partidária e no legislativo, assim como uso cada vez mais frequente por parte das estruturas eclesiásticas e seus integrantes dos instrumentos jurídicos sugerem que os mesmos reconhecem a centralidade do Estado e da esfera jurídica na vida social.

Na reflexão apresentada no curso, MACHADO indica que o neoconservadorismo vai trazer à tona a judicialização da moral, através das alianças de distintos atores religiosos, principalmente pela bancada evangélica, ou seja, usa-se da lógica jurídica para veicular oficialmente valores.

A pesquisadora também indica que a hegemonia cultural é um conceito formulado por Antônio Gramsci para descrever o tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra, particularmente da burguesia sobre o proletariado. É um conjunto de ideias dominantes de uma determinada conjuntura social, política, cultural e econômica.

c. O que é o Estado Laico? - contribuições do prof. Luís Antônio Cunha

Luís Antonio Cunha é formado em Sociologia em 1967, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Dedicou-se ao ensino superior e à pesquisa sobre políticas educacionais, desde 1969, com foco na universidade, no ensino profissional, nas relações entre o público e o privado. Recentemente, sua atenção recai sobre os avanços e recuos da laicidade do Estado, especialmente no que diz respeito à educação pública.

A partir da pergunta que dá origem à aula sobre laicidade, “O que é o Estado laico?”, viemos apresentar considerações sobre a contribuição de Cunha sobre a relação da religião com as políticas públicas. O pesquisador indica que o surgimento do Estado Laico se dá com a Revolução Francesa e que a França é a mãe do laicismo.

Um Estado laico se constitui a partir da separação entre si e a religião. Ou seja, o Estado não permite a interferência de correntes religiosas em assuntos estatais, nem privilegiaria uma ou algumas religiões sobre as demais. Numa ótica liberal, respeita todas as crenças religiosas desde que não aconteça em cena pública. Segundo o professor Luís Antônio Cunha, o Estado Laico dispensa a religião para estabelecer a coesão social e tem a finalidade de garantir a liberdade de consciência e a igualdade e não discriminação dos indivíduos.

Contrário ao Estado Laico, nós temos o Estado confessional, que é aquele que adota oficialmente uma ou mais religiões. Existe influência religiosa nas decisões do Estado. Um exemplo de Estado confessional atualmente no próprio Brasil, onde o atual presidente Jair Messias Bolsonaro, esbanja em seus discursos o pronunciamento que o Brasil está acima de tudo e Deus acima de todos.

Assim, podemos analisar que quando o presidente profere esta frase, ele sugere que o governo sofre interferência da sua religião sobre o governo, em uma sociedade, como é o caso do Brasil, onde se presencia diversas outras religiões e crenças. De que Brasil estamos falando? E os que não aceitam o Deus Cristão como único e verdadeiro?

A liberdade de crença ou da ausência de crença de quem não se vê representada por qualquer símbolo religioso deve ser respeitada, e se fundamenta nas normas e princípios do Código de Ética do/a Assistente Social, que adota como seus valores fundantes a liberdade e a justiça social, articulados a partir da exigência democrática, tomada como valor ético central.

A defesa do Estado laico deve sempre estar relacionado aos princípios defendidos pelo Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, principalmente, a liberdade, a equidade e a democracia. Deve-se lutar não pela religiosidade e sim lutar pela eliminação da alienação religiosa.

Embora o Brasil diz ser um país oficialmente laico, vemos dogmas relativos às denominações religiosas interferindo nas políticas, além disso vemos também o uso de crucifixos em repartições públicas. A presença de referências religiosas em instituições estatais e o crescimento de deputados e senadores evangélicos são evidências importantes desta sobreposição de esferas, trazendo conflitos do que é próprio da decisão de foro íntimo e do que é uma arbitragem sobre a dimensão pública das relações. A bancada evangélica se opõe a pautas como descriminalização do aborto, leis contra a discriminação contra homossexuais e transexuais, enquanto defendem projetos como o Estatuto da Família que reconhece como único núcleo familiar a união entre um homem e uma mulher.

d. Vocação religiosa e engajamento profissional, contribuições do Prof Pedro Simões

Prof. Pedro Simões possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (2004). Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro com atuação no Departamento de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É líder do grupo de pesquisa "Laboratório de Dados Sociais" (ESS/UFRJ), além de estar vinculado ao grupo "Consciência da Doença" do Laboratório de Psiquiatria Geriátrica (IPUB/UFRJ). Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: religião, assistência social, assistência religiosa e sistema socioeducativo, com ênfase nos Métodos Quantitativos.

A reflexão sobre "Vocação Religiosa e Engajamento Profissional" apresentada pelo professor e pesquisador Pedro Simões, discute os atravessamentos religiosos e a atuação profissional dos assistentes sociais.

Sabe-se que o Serviço Social surge no seio da Igreja Católica, através dos modelos norte-americanos e europeus, com base no neotomismo, onde considerava-se que o problema não estava na sociedade, mas nos indivíduos. Além disso, o curso era formado somente por mulheres da elite consideradas generosas, altruístas, filantropas, caridosas.

Embora o Serviço Social tenha rompido com a perspectiva conservadora, através do Movimento de Reconceituação, verifica-se que além do curso até hoje ser formado em grande sua maioria por mulheres, observa-se a resistência de discurso ainda vinculado ao assistencialismo. Não obstante, o Serviço Social trabalha na garantia dos direitos da classe trabalhadora

através de políticas sociais e reconheça que a sociedade capitalista engendra profundas desigualdades e é produtora das expressões da questão social.

Prosseguindo, Simoes indica que perfil profissional está na identidade que o curso tem com os valores religiosos e são considerados entre os alunos do Serviço Social fortes motivadores para o ingresso na profissão. Constata-se que os alunos carregam a idéia de fazer o bem, de ajuda ao próximo, da busca da justiça social, embora os cursos de Serviço Social ofereçam uma formação politizada e com uma ampla base marxista.

Em interlocução com as reflexões de Simoes, não está se dizendo aqui que os estudantes de Serviço Social não possam seguir determinadas religiões, aliás todos possuem valores, mas o que se enfatiza neste argumento é que dentro do campo profissional as noções e valores da política devem ser adicionados às crenças religiosas de uma pessoa sem que estas últimas sejam afetadas. Pois, temos que garantir a plena liberdade dos indivíduos e propagando uma religião não estaremos dando espaço para que os nossos usuários escolham as suas religiões.

Assim, faz-se necessário apreender até que ponto a religião ainda influencia o Serviço Social, ou seja, o processo de formação e exercício profissional dos assistentes sociais, para melhor justificar a luta pela renovação da profissão e ruptura com o conservadorismo. Onde na prática ainda encontra interferências relacionadas às posturas advindas do pensamento religioso.

Portanto, faz-se necessário a busca incessante pela garantia das demandas e os interesses das classes populares, tendo como fundamento um pensamento/posicionamento laico.

e. Os atravessamentos religiosos no campo da saúde mental, contribuições da Prof Tathiana Gomes

Tathiana Meyer da Silva Gomes possui doutorado em Serviço Social (2014), mestrado em política social (2006) e graduação em Serviço Social (2003). É professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora dos seguintes grupos/Núcleos de pesquisa: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Saúde (NUEPESS/UFF), Grupo de Pesquisa Ciências Humanas, Saúde e Sociedade (CCBS/IB/CSS/UNIRIO), Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (NEPS/UERJ) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (Faculdade de Economia/UFF). Desenvolve trabalho de extensão sobre formação profissional do Serviço Social na saúde mental junto à Rede de Saúde mental de Niterói. Como assistente social atuou em diversos campos, com ênfase na saúde e saúde mental. Possui experiência na área de Serviço Social e estudos com ênfase nos seguintes temas: trabalho, política social, reforma psiquiátrica, saúde mental e fundamentos do serviço social.

Em sua contribuição no curso, a professora inicialmente informa que o tema da religião no campo da saúde mental nos leva a discutir também sobre as comunidades terapêuticas e as demandas decorrentes do uso de substâncias psicoativas.

Aborda a contrarreforma psiquiátrica, decorrente de um projeto reacionário na saúde mental que se inicia em 2010. Com ela, observa-se um avanço conservador produzido pelo avanço da vertente evangélica neopentecostal e seu projeto da contrarreforma psicoterapêutica materializado pelas comunidades terapêuticas.

Segundo ela, é um processo que acontece na América Latina, já que não houve nos processos de modernização das Américas a superação da

presença religiosa. Ao contrário, o projeto moderno nesses países se constituiu, se constitui e avança para as expressões religiosas.

Nos últimos 40 anos não se processou nenhum afastamento da dimensão religiosa por parte das populações, mas houve uma transformação da identidade religiosa para o neopentecostalismo. Verifica-se ainda uma migração dos católicos para esta vertente neopentecostal.

Deve-se analisar também o momento em que vivemos, as determinações conjunturais, onde se observa o avanço do neoconservadorismo, de uma ideologia de aniquilação da diferença e do outro, um terreno fértil para o avanço e fortalecimento de ideias religiosas fundamentalistas ou de um senso comum em detrimento da razão e da ciência. Esse avanço vai impregnar as políticas públicas, onde se encontram as comunidades terapêuticas.

Evidenciou-se em pesquisas acadêmicas que as pessoas da área da saúde não sabem o que são comunidades terapêuticas. Neste sentido, Tathiana define as comunidades terapêuticas como fenômeno de perfil heterogêneo, plural e que envolve um processo complexo.

A disseminação das comunidades terapêuticas ocorreu de diversas formas em diferentes países, à sua origem. Sua origem clássica remonta à década de 1950, na Inglaterra, em um momento de plena consolidação do Estado de Bem Estar Social. Naquele contexto, o objetivo da comunidade terapêutica inglesa era a humanização do espaço do manicômio, a humanização do tratamento, entre a relação dos profissionais, dos pacientes e familiares. Não se faz uma crítica as práticas de violência e do próprio hospital psiquiátrico.

Neste mesmo período, dos anos 1950, nos Estados Unidos, onde o Welfare State está ligado à meritocracia e assume um viés focalista, emerge

um outro modelo de comunidade terapêutica, centrado no tratamento, com base numa perspectiva de reforma moral e individualista e com grande influência religiosa. Essa vertente de comunidade terapêutica que vai influenciar as experiências brasileiras.

No Brasil, as comunidades terapêuticas vão surgir nos anos 1960, no período de ditadura militar. Surge em Goiânia pela iniciativa e influência de um pastor seguindo o exemplo de um grupo de Oxford. Três anos depois é fundada a segunda comunidade terapêutica, em São Gonçalo, Rio de Janeiro, desenvolvendo um trabalho de base comunitária. Observa-se, com isso, que não existe um modelo de comunidade terapêutica, elas são um fenômeno heterogêneo.

As comunidades terapêuticas confessionais no Brasil, a partir dos anos 1980 e 1990, seguiram o modelo norte americano, baseado nessa lógica da reforma moral e individual como pilar do tratamento destinado às pessoas que usam substâncias psicoativas.

Gomes considera que tivemos a influência norte americana, mas no processo de constituição das comunidade terapêuticas brasileiras há elementos culturais próprios da nossa formação social, entre os atores religiosos e as políticas públicas. Vemos o uso da religião como mecanismo de apoio social.

Sobre a natureza constitutiva das comunidades terapêuticas, a partir dos documentos do IPEA, é possível apontar para uma predominância religiosa, para uma metodologia de trabalho a partir de trabalho forçado, religião e disciplina, centrada no isolamento, indicando para nós práticas de violação de direitos humanos.

Essas instituições efetivam o isolamento e a prática da abstinência como método, estabelecendo práticas como penitência, castigos físicos, violação de

orientação sexual e religiosa dos indivíduos, proibição do contato com o ambiente externo, ou seja, com a família. Há ausência de equipe de saúde, uso de medicações sem receita médica e a desarticulação com a rede de saúde mental principalmente.

Neste sentido, essas práticas contradizem a determinação da lei 10.216, lei da reforma psiquiátrica que vai dizer que a internação compulsória apenas quando expedida para o juiz.

Esses grupos religiosos vem disputando o fundo público não apenas da saúde, mas também no conjunto das políticas sociais. Observa-se também uma tendência de desfinanciamento da rede de atenção psicossocial.

f. Família, Patriarcado, Religião e Democracia, contribuições da prof Andrea Moraes

Andrea Moraes possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1994) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, velhice, sexualidade, gerações e antropologia.

Sua contribuição ao curso se situa nos temas Família, Patriarcado, Religião e Democracia e sua articulação no campo das políticas públicas. Ela inicia informando que a família entra como um foco de preocupação da agenda política entre o século XVIII e XIX na sociedade Europeia, sendo esse período histórico o berço histórico de preocupação e da definição do tema da família.

Nesse contexto histórico vemos também a emergência da sociedade burguesa e do patriarcado moderno. O que imperava anteriormente era a ordem aristocrática. Então veremos a mudança dessa base social aristocrática para um momento histórico onde se tem a emergência da sociedade burguesa.

Vamos ver neste contexto a questão da família, do tema “família” marcada por duas questões. A família aparece primeiro identificada como um espaço de socialização primária, o local onde indivíduos são formados nesta sociedade burguesa. Mas o espaço prioritário de formação de valores era a instituição religiosa. Então vamos ver um deslocamento entre a função da igreja (tradição cristã católica europeu) e a emergência da família, baseada nos laços de conjugalidade e reprodução.

Ou seja, neste contexto, a família é uma instituição que vai desenvolver um certo espaço de independência em relação à religião, mas não chega a romper este vínculo. Além disso vamos ver a emergência da escola, como um terceiro espaço de socialização primária.

Segundo Durkheim, haverá uma dificuldade da família em formar indivíduos no século XIX, época da industrialização, onde os valores e as relações entre os indivíduos seriam fonte de tensão. Faltaria nessas sociedades que se modernizam um espaço institucional que servisse de “amortecedor” das tensões sociais, dos conflitos sociais.

Do século XVIII ao século XIX, vemos a instância família começa a desenvolver uma característica própria de socialização primária, onde o que une os indivíduos dentro dessa instituição são os laços de autoridade, de hereditariedade e afinidade.

Outra questão relevante deste contexto histórico, sobretudo no século XIX, é o problema da gestão das famílias da classe trabalhadora. A família da

classe trabalhadora vai ocupar um lugar que é para além da socialização primária o lugar de recomposição e reprodução social da força de trabalho. É neste sentido que ações filantrópicas, no campo da caridade, serão mobilizadas como uma maneira de fazer esta gestão destas famílias, da gestão da pobreza. Neste sentido vemos a participação muito forte da igreja.

Neste período há a emergência do Estado que vai se ocupando da gestão, de forma tímida, dos conflitos sociais e da família. Assim vemos que família está cercada de outras instituições.

Observa-se então formas de relação entre Estado e família. A primeira forma dessa relação é o paradigma liberal clássico, ligado à liberdade, onde tem-se a demarcação da esfera privada e a esfera pública, o âmbito do indivíduo e o âmbito da coletividade, alimento o discurso da liberdade "negativa". O termo "negativa" se refere à linha de demarcação entre o âmbito privado e público, onde se protege o privado da interferência do que é externo a ele, servindo ao propósito de reconhecer e alimentar a privacidade dos indivíduos no seio familiar.

Vê-se um modelo burguês clássico de família que composta pelo homem, a mulher e os filhos. Essa casa, essa família, deve ser protegida de outras instituições e agentes externos, sendo este o papel do Estado.

A segunda forma da relação entre Estado e família é o paradigma da família como unidade de consumo e de reprodução social. O papel do Estado no século XIX, se coloca como um agente que não tem um papel determinante na reprodução social, delegando as famílias, sobretudo as mulheres, o papel daquele que distribui e organiza os recursos disponibilizados pelo trabalho. Aqui vemos a divisão sexual do trabalho, onde o marido traz o dinheiro a mulher na sua função de esposa e mãe administra esse dinheiro.

Essa família vai movimentar o processo de acumulação capitalista, sendo a família o lugar onde o trabalhador ou trabalhadora repõe sua subsistência e se reproduz e gera pessoas que serão futuros trabalhadores.

A terceira forma de relação entre o Estado e família é o paradigma das famílias como arenas de subjetivação moderna. A família será alvo da repressão estatal sobre o seu modo de vida, sendo a família a esfera útil à reprodução do capitalismo. O Estado vai assumir uma função policialesca, no sentido de controlar a família mais pobre, de punir os desvios observados nos modos de vidas da classe trabalhadora. O Estado assume uma função civilizatória sobre as famílias da classe trabalhadora, pois para o Estado é onde os distúrbios acontecem, onde as violências acontecem, por viverem na pobreza. Famílias que serão reprimidas e tuteladas e ensinadas a se civilizarem a partir de modelos de comportamento daquela família que é considerada como modelo ideal, que é a família da classe burguesa, baseado na heterossexualidade (onde a igreja aparece), na monogamia.

No século XXI, tornamo-nos herdeiros destas três formas de relação entre o Estado e família citadas anteriormente. O Brasil acompanhou este mesmo desenho de modelos que a Europa criou. E quando chegamos no século XXI vemos o retorno do paradigma liberal clássico em um contexto de neoliberalismo do século vigente.

Verificamos a divisão sexual do trabalho devem ser incentivadas no seio das famílias, e que essa família dividida entre homem e mulher é o modelo responsável pela reprodução e que a reprodução é uma função social e principal da família.

Então, essas formas de pensar estão renascendo no contexto contemporâneo. O Estado deixa de investir nas políticas públicas e responsabiliza a família pela garantia dos direitos. Além disso vemos o Estado

reprimindo e vigia, usando essa noção de liberdade negativa para não interferir no papel do Estado. Se tornando apenas um guardião dos espaços de liberdade das famílias.

Assim a democracia se torna a preservação da liberdade negativa. Uma vida democrática neste sentido seria a preservação do valor da privacidade e da individualidade.

A religião vai preparar a família para a vida pública usando referências religiosas, como o homem no espaço público e a mulher no âmbito privado, ou seja do lar, da mulher ser meiga e o homem ser uma pessoa mais bruta, mais valente e que não pode demonstrar sentimentos. A família e a fé reforçam as normas do que é certo e errado.

Todas estas contribuições apontam para a importância deste debate na reflexão sobre a incidência da religião na política e, nesta medida, na atividade profissional do Assistente Social que, por sua vez, independentemente do espaço sócio ocupacional que o abrigue, é essencialmente política.

Considerações finais

Esta monografia se propôs a estudar as denominações religiosas de matriz neopentecostal e suas incidências na esfera pública. A religião ocupa os espaços políticos, assumindo papéis que antes não eram tão explícitos. O uso das referências fé e Deus na linguagem do cotidiano da política, como forma de conjugar interesses e dessa forma mobilizar votos em eleições se tornou uma prática recorrente.

Do ponto de vista de sua Carta Constitucional, o Brasil é um Estado laico, ou seja, promove oficialmente a separação entre o Estado e a Religião. Considera-se, então, que a partir da ideia de laicidade, o Estado não deveria permitir que ocorresse interferência de correntes religiosas em assuntos estatais, nem privilegiaria uma ou algumas religiões sobre as demais. Segundo a Constituição Federal em vigor, todos os seus cidadãos são igualmente tratados, independentemente de sua escolha religiosa, ainda que a liberdade de crença religiosa e o respeito às manifestações religiosas seja um direito de todos os cidadãos.

Nosso estudo retrata as religiões e a religiosidade, sendo a religião parte do pressuposto de juntar o homem ao sagrado, ou seja, ter um encontro com Deus e ser uma pessoa melhor. A ideia de Deus está associada ao sagrado no sentido radical da vida na mudança do seu interior em função dos nossos melhores valores.

Abordamos a política na religião e indicamos o quanto a bancada religiosa vem crescendo ao longo dos anos. Esse tipo de representação política vem trazendo segmentos com viés mais conservador. Analisamos que existem diversos fatores de ordem estrutural e contextual que fazem com que ocorra essa inserção dos evangélicos na esfera política brasileira.

Buscamos também trazer uma reflexão em torno da religião na esfera pública, onde separamos temas específicos como: Secularização da Cultura e

Tolerância Religiosa no Século XVIII; Religião, Cultura e Política; O que é o Estado Laico? Vocação religiosa e engajamento profissional; Os atravessamentos religiosos no campo da saúde mental; Família, Patriarcado, Religião e Democracia.

O desenvolvimento dessa monografia não abordou especificidades da profissão, mas tratou de uma contribuição para o debate teórico da própria realidade na qual a profissão está inserida.

Não apenas pela sua origem, mas pela história da profissão fortemente associada a um viés religioso, trazer o debate da religião para a formação crítica do profissional é não apenas necessário, como imperativo. O curso oferecido pela ESS que foi matéria de reflexão neste estudo é uma iniciativa de grande importância para tornar o tema público e, portanto, matéria de discussão. Esta monografia pretende ser uma contribuição a esse debate na direção desta formação crítica.

Referências Bibliográficas

BUBER, Martin. Eu e tu. SP: Centauro, 10 edição, 2006.

ALMEIDA, Ronaldo de. Evangélicos e conservadorismo. 2017.

ALVES, Rubem. O que é religião. Edição Loyola Jesuítas, 2014.

DURKHEIM, Da divisão do trabalho social, 2008, pp. 151-152.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Consolidado até a Emenda Constitucional no 66 de 13 de Julho de 2010. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em:. Acesso em: 23/04/2022.

GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini. Interfaces entre religião e política no Brasil: refletindo sobre políticas públicas para o fortalecimento dos direitos humanos. Disponível em: < file:///C:/Users/Filipe/Downloads/05-Artigo+4.pdf > Acesso em 04 de março de 2022.

LOCATELLI, P.; MARTINS, R. O poder dos evangélicos na política. Carta Capital. São Paulo, 11 ago. 2014. Seção Sociedade. Disponível em . Acesso em: 12 ago. 2014.

MACHADO, Maria das Dores e BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, no 3, 2014.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos, 1948. Disponível em. Acesso em: 12 ago. 2014.

PRANDI, Reginaldo e SANTOS, William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 2, 2017.

RUA, M. das G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. das G.; CARVALHO, M. I. V. (Org.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SPYER, Juliano. A esquerda e os evangélicos. In: Povo de Deus - quem são os evangélicos e por que eles importam. SP: Martins Fontes, 2020.